

Suprema Corte começou a julgar caso mais relevante do ano nos EUA

Uma pergunta sobre cidadania dos habitantes, que foi retirada em 1950 do censo que os Estados Unidos fazem a cada dez anos, voltou a ser incluída no formulário do Censo de 2020 pelo governo Trump. Isso fez com que dezenas de estados democratas movessem ações na justiça federal para retirá-la do Censo. E 17 estados republicanos a apoiá-la, como *amicus curiae*.

Três juízes federais, em Nova York, Califórnia e Maryland, decidiram que a inclusão da pergunta é inconstitucional. Mas a maioria conservadora da Suprema Corte indicou, na primeira audiência para discutir o caso, na terça-feira (23/7), que poderão se alinhar com o governo, decidindo pela manutenção da pergunta.

A pergunta sobre a cidadania a cada um dos moradores de uma residência, é: “Essa pessoa é cidadã dos Estados Unidos?” São cinco as opções de resposta: () Sim, nascida nos Estados Unidos; () Sim, nascida em Porto Rico. Guam. Ilhas Virgens dos EUA ou Marianas do Norte; () Sim, nascida no exterior de o ano da

Is this person a citizen of the United States?

Yes, born in the United States

Yes, born in Puerto Rico, Guam, the U.S. Virgin Islands, or Northern Marianas

Yes, born abroad of U.S. citizen parent or parents

Yes, U.S. citizen by naturalization – *Print year of naturalization* ↘

No, not a U.S. citizen

A primeira objeção à inclusão dessa pergunta no Censo veio de um grupo de seis ex-diretores do Birô do Censo dos EUA. Eles argumentaram que tal medida irá produzir um resultado falso nas estatísticas do Censo. Parece óbvio que os imigrantes ilegais não vão preencher o formulário do Censo por causa dela.

O próprio órgão estima que pelo menos 6,5 milhões de habitantes deixarão de preencher o formulário. Mas essa estimativa é reconhecidamente baixa. O [Migration Policy Institute](#) declara que existem 11,3 milhões de imigrantes ilegais nos EUA. E esse é o número ao qual o governo tem se referido nos últimos anos. O [Pew Research Center](#) traz um número perto da casa dos 11 milhões: 10,7 milhões de imigrantes ilegais.

Por que o governo Trump está, então, lutando para manter a pergunta no formulário do Censo, a ponto de levar o caso para a Suprema Corte, depois de decisões contrárias de três tribunais federais?

Os juízes rejeitaram os argumentos do Departamento de Justiça de que o objetivo era aplicar, da melhor forma, a Lei do Direito ao Voto. Para eles, essa lei sempre funcionou bem, independentemente da inclusão dessa pergunta no Censo. E indicaram uma razão mais possível: motivação política.

E esse é, obviamente, o ponto de vista dos democratas. Para eles, a medida visa beneficiar os estados sob domínio republicano e prejudicar os estados sob domínio democrata. Por quê? A maioria dos imigrantes ilegais preferem morar onde não são perseguidos sistematicamente pelos agentes da imigração, algumas vezes com a ajuda da polícia. Os estados mais liberais são os democratas. Os mais duros com os imigrantes são os dominados pelos conservadores republicanos.

Em que isso afeta os estados?

- 1) O número de delegados para o Colégio Eleitoral, que elege o presidente dos EUA, é estipulado para cada estado com base no número de habitantes do estado. Alguns estados democratas poderão perder delegados nas eleições da próxima década.
- 2) O número de deputados federais e o número de deputados estaduais também é definido com base no número de habitantes do estado – e de cada distrito do estado. Se os imigrantes ilegais preferem se agregar em localidades mais habitadas pelas populações hispânica e negra, o mapa eleitoral do distrito vai desfavorecer essas regiões, que vão eleger menos representantes.
- 3) O governo distribui verbas de quase US\$ 900 bilhões aos estados, anualmente, também com base no número de habitantes. Essas verbas são destinadas a financiar a educação, a saúde, a infraestrutura (estradas, pontes, etc.) e diversos programas sociais.

Os estados mais afetados serão a Califórnia, Nova York, Illinois e Nova Jersey, que têm uma alta concentração de imigrantes ilegais. Curiosamente, o Texas, estado tradicionalmente republicano, também têm uma alta concentração de imigrantes ilegais, por sua proximidade com o México, e também será afetado. Mas a maioria dos estados republicanos, com menor população, poderão ser beneficiados.

A impressão que se tem é a de que os cinco ministros conservadores da Suprema Corte têm uma batata quente nas mãos, se quiserem ajudar o presidente Trump e o Partido Republicano. Os quatro ministros liberais, liderados pela ministra Sonia Sotomayor, já deixaram claro, na audiência de terça-feira, que a Constituição determina que a finalidade do Censo é determinar quantos habitantes tem o país – não quanto cidadãos.

Date Created

27/04/2019